

Falando de sexualidade no ensino médio integrado

Paulo Sérgio David de Castro¹ 

Manuela Belo Lucena² 

Resumo

A escola de educação básica é um local privilegiado de formação pelas contribuições que possibilitam o desenvolvimento do ser humano. Neste contexto, sugere-se que as relações de gênero e sexualidades sejam dialogadas neste espaço. Teve-se como objetivo conhecer e analisar as percepções dos discentes do ensino médio integrado em relação à prática afetivo-sexual, infecções sexualmente transmissíveis e o uso dos métodos contraceptivos. Trata-se de um estudo do tipo descritivo e exploratório com abordagem quantitativa e qualitativa que envolveu 155 discentes. Os resultados apontam que 43,87% já iniciaram a vida sexual, sendo aos 14,5 anos a média de idade da primeira relação. Os dados sinalizam para a emergência da inserção no currículo integrado, do discurso da educação sexual.

Palavras-chave: Sexualidade; Adolescência; Ensino médio integrado.

Abstract

Talking about sexuality in integrated high school

The basic education school is a privileged place of formation for the contributions that make possible the development of the human being. In this context, it is suggested that gender and sexual relations be discussed in this space. The objective was to know and analyze the perceptions of integrated high school students in relation to affective-sexual practice, sexually transmitted infections and the use of contraceptive methods. This is a descriptive and exploratory study with a quantitative and qualitative approach that involved 155 students. The results show that 43.87% have already started their sexual life, with 14.5 years old being the average age of first intercourse. The data point to the emergence of the insertion in the integrated curriculum, of the sexual education discourse.

Keywords: Sexuality; Adolescence; Integrated high school.

Resumen

Hablar de sexualidad en la escuela secundaria integrada

La escuela de educación básica es un lugar privilegiado de formación por los aportes que hacen posible el desarrollo del ser humano. En este contexto, se sugiere que el género y las relaciones sexuales

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, Barbacena, MG, Brasil.

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, Barbacena, MG, Brasil.

sean discutidos en este espacio. El objetivo fue conocer y analizar las percepciones de los estudiantes de la enseñanza media integrada en relación a la práctica afectivo-sexual, las infecciones de transmisión sexual y el uso de métodos anticonceptivos. Se trata de un estudio descriptivo y exploratorio con enfoque cuantitativo y cualitativo que involucró a 155 estudiantes. Los resultados muestran que el 43,87% ya inició su vida sexual, siendo los 14,5 años la edad promedio de la primera relación sexual. Los datos apuntan para el surgimiento de la inserción en el currículo integrado, del discurso de la educación sexual.

Palabras clave: Sexualidad; Adolescencia; Bachillerato integrado.

Introdução

Falar sobre sexualidade no espaço escolar é um grande desafio, especialmente na educação de crianças e adolescentes. Como poderá ser constatado ao longo do artigo, as diretrizes educacionais nacionais que se relacionam com a sexualidade sofrem constantes interferências das relações de poder que circulam em nossa sociedade.

O plano de desenvolvimento institucional (PDI) (INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS, 2020) do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG) assevera que as práticas acadêmicas devem respeitar as diversidades sociocultural, étnico-racial, etária e geracional, de gênero e de orientação afetivo-sexual dos discentes. Desse modo, propugna-se que é um exercício democrático de direito, a inclusão do diálogo com a sexualidade no currículo do ensino médio integrado (EMI), do IF Sudeste MG - *campus* Rio Pomba, pois as bases que fundamentam a proposta da integração estão alinhadas a um rol de garantias constitucionais dos direitos fundamentais, assentadas aos princípios da educação unitária, integral e omnilateral (FRIGOTTO et al., 2005).

Atenta ao fato de que na fase da adolescência os adolescentes experimentam grandes transformações biológicas, psicológicas, sociais e emocionais, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica – DCN (BRASIL, 2013) sinalizam que a instituição escolar se apresenta como importante *locus* na abordagem dos diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade que podem auxiliar o aluno a encontrar um ponto de autorreferência por meio da reflexão.

Lima (2012) comenta que uma proposta de educação que seja realmente inclusiva para a sociedade deve estar atenta às transformações peculiares a que alunos/as experimentam nesta fase da vida. Romper com o modelo de educação fundamentada no binarismo heteronormativo, que há décadas fundamenta as práticas pedagógicas

das escolas, é essencial para valorizar as diferentes culturas e identidades que circulam neste espaço educativo.

A Resolução nº 6 do Ministério da Educação, que define as DCN para a educação profissional técnica de nível médio, em seu artigo 5º, estabelece que os cursos de educação profissional técnica de nível médio têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-histórico e culturais (BRASIL, 2012).

Ancorado nestes apontamentos, infere-se que a possibilidade de dialogar com a educação sexual e sexualidade em uma IF de ensino, com alunos/as que compõem o EMI, torna-se um valioso instrumento de produção e emancipação das questões inerentes às relações de gênero, sexualidades e educação e, por conseguinte, pode contribuir para problematização e construção de novos modos de compreender e lidar com a pluralidade das sexualidades e dos gêneros.

Feitos esses esclarecimentos, para este trabalho, assumiu-se o desafio de propor um estudo junto aos alunos do EMI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFSEMG) - *campus* Rio Pomba, tendo o objetivo de identificar e analisar os comportamentos dos discentes em relação à prática afetivo-sexual, infecções sexualmente transmissíveis (IST) e o uso de métodos contraceptivos.

Metodologia

Este artigo é resultado de um trabalho de maior complexidade desenvolvido na dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) em 2019 no IFSEMG - *campus* Rio Pomba.

No contexto atual, muitos adolescentes enveredam na busca do prazer com comportamentos que podem contribuir para exposição ao risco de adquirir IST e mesmo uma gravidez não planejada, pois praticam com frequência o ato sexual sem proteção.

Neste contexto, este estudo traçou o perfil dos discentes regularmente matriculados nas séries da educação básica do EMI dos Cursos Técnicos em Alimentos, Meio Ambiente e Zootecnia sobre os aspectos que envolvem o conhecimento sobre

métodos de prevenção a IST e a gravidez não planejada, assim como as práticas sexuais com relação ao sexo seguro. A partir de uma abordagem quantitativa e qualitativa, o estudo contou com a participação de 155 estudantes do IF Sudeste MG - *campus* Rio Pomba.

Para coleta dos dados, foi utilizado um questionário estruturado, contendo perguntas fechadas que versavam sobre o motivo do não uso do preservativo e sobre o que fariam se estivessem sem o preservativo na hora da relação. O questionário autoaplicável foi elaborado e adaptado da Pesquisa Nacional sobre Saúde do Escolar (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015) e de Ferreira et al. (2017), a partir de critérios do Ministério da Saúde (BRASIL, 2011). Foram investigadas também variáveis relativas ao gênero, a idade e ao início das atividades sexuais.

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFSEMG, tendo sido analisado e aprovado sob o aspecto ético, conforme parecer consubstanciado da CEP nº 2.820.716, CAAE: 84739718.0.0000.5588.

Resultados

Entre os 155 adolescentes que participaram da pesquisa, 66,45% eram do sexo feminino e 33,55% do sexo masculino. A Tabela 1 mostra que 76,29% dos entrevistados eram menores de idade, sendo que 43,87% declararam ter iniciado a vida sexual e 56,13% dos discentes afirmaram que ainda não tiveram experiências afetivo-sexuais.

Tabela 1 - Distribuição percentual dos discentes de acordo com sexo, idade e iniciação sexual, IF Sudeste MG – *campus* Rio Pomba, 2019.

Característica	<i>f</i>	%
Sexo		
Masculino	52	33,55%
Feminino	103	66,45%
Total	155	100%
Idade		
15	44	28,39%
16	51	32,90%
17	31	20,00%
18	28	18,06%
Entre 19 e 23 anos	1	0,65%
Total	155	100%
Iniciação sexual		
Sim	68	43,87%
Não	87	56,13%
Total	155	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A Tabela 2 mostra, por gênero, em porcentagem, dados do início da vida sexual dos adolescentes entre 11 e 18 anos, conforme as variáveis de exposição avaliadas. O início da vida sexual antes dos 15 anos foi referido por 58,52% dos entrevistados, tendo ocorrido em 34,28% dos discentes do sexo masculino e 24,24% do sexo feminino. Uma porcentagem significativa dos adolescentes do sexo masculino, 20,01% relataram não lembrarem do início das relações sexuais. A média de idade da primeira relação sexual entre os discentes analisados foi aos 14,5 anos.

Tabela 2 - Distribuição percentual dos discentes conforme a iniciação sexual, idade e sexo, IF Sudeste MG – *campus* Rio Pomba, 2019.

Iniciação sexual	Masculino		Feminino	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Sim	35	55,56%	33	35,87%
Não	28	44,44%	59	64,13%
Total	63	100%	92	100%
Idade (anos)				
11	2	5,71%	1	3,03%
12	3	8,57%	2	6,06%
13	4	11,43%	1	3,03%
14	3	8,57%	4	12,12%
15	6	17,14%	9	27,27%
16	5	14,29%	11	33,33%
17	3	8,57%	3	9,09%
18	2	5,71%	2	6,07%
Não lembra	7	20,01%	0	0%
Total	35	100%	33	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Fazendo um estudo comparativo com outros Institutos Federais, pôde-se averiguar semelhanças ao início das relações sexuais. No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) - *campus* Coari, Dantas, Silva e Santos (2019), analisando o comportamento sexual de 140 alunos do 1º ano do Ensino Médio Técnico Integrado em Administração e Informática, observaram que a idade média da primeira relação sexual foi de $13,4 \pm 1,7$ anos para os homens e $14,5 \pm 1,1$ anos para as mulheres.

Miranda et al. (2016) no projeto de extensão intitulado “Sexualidade e Saúde” desenvolvido no IFSEMG – *campus* Juiz de Fora com 436 estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, observaram que a idade média e mediana da primeira relação sexual foi aos 15 anos.

Associado ao início precoce das relações sexuais, Silva et al. (2015) sinalizam que maiores serão as chances de ocorrerem prejuízos à saúde sexual e reprodutiva durante e após a adolescência. Portela e Araújo (2013) corroboram com esse entendimento, ao sinalizarem que apesar de a legislação brasileira ter avançado em relação

aos direitos humanos, sexuais e reprodutivos, os adolescentes estão se tornando sexualmente ativos em um período de dúvidas sobre o corpo, identidade e sexualidade, o que pode contribuir para a exposição a gravidez não planejada, IST e uso de drogas.

Esses apontamentos, estão sendo reforçados por diversos estudos já realizados que envolvem os adolescentes. Como exemplo, o Estudo POP-Brasil, desenvolvido pelo Projeto HPV e executado pelo Hospital Moinhos de Vento, por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS) com 7.694 participantes em 119 unidades básicas de saúde (UBS) de todo Brasil, revelou que 54,3% dos adolescentes na faixa etária de 16 a 25 anos apresentavam lesões genitais associadas ao papilomavírus humano (HPV) (SETOR SAÚDE, 2020).

Atento para este fato, o Ministério da Saúde (MS), por intermédio do Programa Nacional de Imunizações (PNI), implementou a vacina quadrivalente contra o HPV no SUS, disponibilizando-a para meninas de 9 a 14 anos e meninos de 11 a 14 anos, para pessoas transplantadas na faixa etária de 9 a 26 anos e para pessoas que vivem com o vírus da imunodeficiência adquirida (HIV). Em 04 de setembro de 2018, o Ministério da Saúde lançou uma campanha convocando mais de 20 milhões de adolescentes brasileiros para buscar os postos de saúde para receber a vacina contra o HPV (BRASIL, 2018).

Outra política pública implementada recentemente, com objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência de casos de gravidez entre adolescentes, foi a Lei nº 13.798 de 2019, que institui a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência (BRASIL, 2019).

O PDI do IF Sudeste MG – (INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS, 2020, p. 78) também está atento aos acontecimentos envolvendo a sexualidade e os adolescentes. A esse respeito, o PDI em uma de suas diretrizes reconhece a vasta diversidade de gênero e orientação sexual que transitam pelos seus diferentes *campi* e, nesse sentido, é previsto em sua política de ações afirmativas a “promoção e articulação de ações que envolvam as temáticas de identidade, sexualidade, gênero e saúde”.

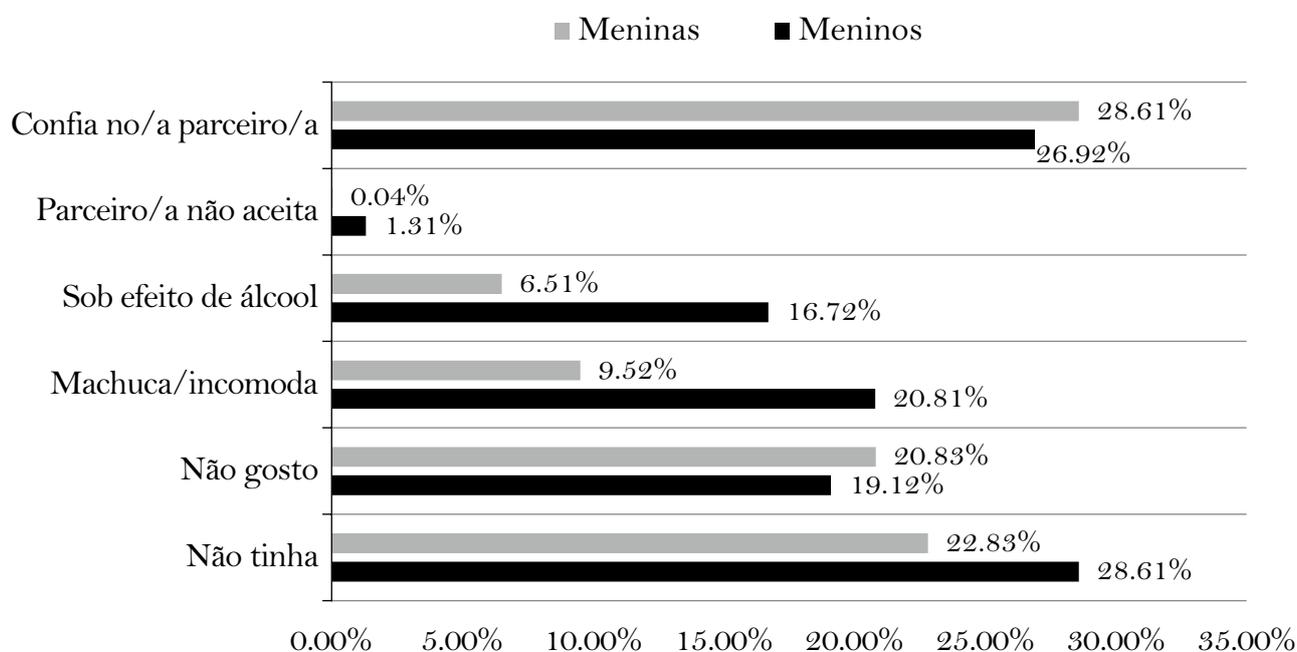
Outro quesito a ser observado é a estreita diferenciação entre os gêneros face à iniciação sexual.

Neste estudo, salienta-se que os meninos, 51,37% iniciam sexualmente antes das meninas 48,53%. Gonçalves et al. (2008) nos mostram que, no contexto brasileiro, esse achado tem sido explicado por questões sociais e culturais, como a valorização da masculinidade pela idade da iniciação sexual e pelo número de relacionamentos vivenciados.

Rieth (1998, p. 121) aponta que as relações de gênero têm papel fundamental nas escolhas que cercam a primeira relação sexual, pois “circula unânime entre as mulheres o sentimento de ‘entrega’ em relação ao ato sexual, dando caráter valorativo de ‘raro’ à virgindade”. Segundo a autora, ao mesmo tempo em que existe o desejo de se descobrir, impõe-se a necessidade de se preservar.

Quando perguntados aos discentes por qual(is) motivo(s) deixaram de usar o preservativo, obteve-se como principal justificativa, tanto entre meninos 26,9% quanto entre meninas 28,6%, a confiança no(a) parceiro(a) como razão para o não uso; ainda, 28,6% de meninos e 22,8% de meninas declararam que tiveram relação sexual sem o cuidado profilático de proteção por não terem o preservativo (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Motivos atribuídos pelos discentes para o não uso do preservativo, IF Sudeste MG – *campus* Rio Pomba, 2019.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Abramovay et al. (2004) relatam divergências entre os gêneros para o não uso do preservativo entre os jovens. Os autores citam que, entre as mulheres, os principais motivos para a não prevenção dizem respeito à confiança e à presumida fidelidade do companheiro; entre os homens, o principal motivo alegado para o sexo não seguro se relaciona a considerações ligadas ao prazer sexual.

No entanto, é preciso não perder de vista, quando se discute o uso ou não do preservativo entre adolescentes, que eles estão inseridos em uma teia social que atravessa as questões individuais, sociais e culturais (AYRES et al., 2003; BRUM, Carrara, 2012). Assim, para além da dimensão individual, é preciso deslocar as ações de prevenção das IST, sexo sem proteção e gravidez entre este público, englobando toda a rede social que se conecta em diferentes pontos.

A questão de não ter o preservativo pode se dar por diversos motivos, sendo necessário abandonar o discurso de individualidade e de percepção imediata, para interagirmos com a realidade concreta na qual os sujeitos vivenciam suas diferenças e relações assimétricas de poder (AYRES et al., 2003).

Nessa relação dialética entre realidade e prática, emergem alguns pontos que precisam ser considerados. Em um primeiro plano, trata-se da relação de poder entre os gêneros. Propostas educativas que tenham como horizonte a prevenção, sejam sobre as IST, as relações desprotegidas ou a gravidez não desejada, devem oportunizar o diálogo sobre as relações de gênero (BOMFIM, 2012). Esse posicionamento é seguido por Figueiró (2010), que conclui que dificilmente as ações preventivas terão êxito se desconsiderarem as relações assimétricas de poder entre os gêneros.

Há convergência absoluta entre as autoras acima mencionadas, com a pesquisa conduzida por Heilborn (1999), ao retratar a realidade vivenciada por mulheres que quando tentam negociar o uso do preservativo com os seus parceiros, fazem emergir uma crise de desconfiança e até mesmo casos extremos de violência.

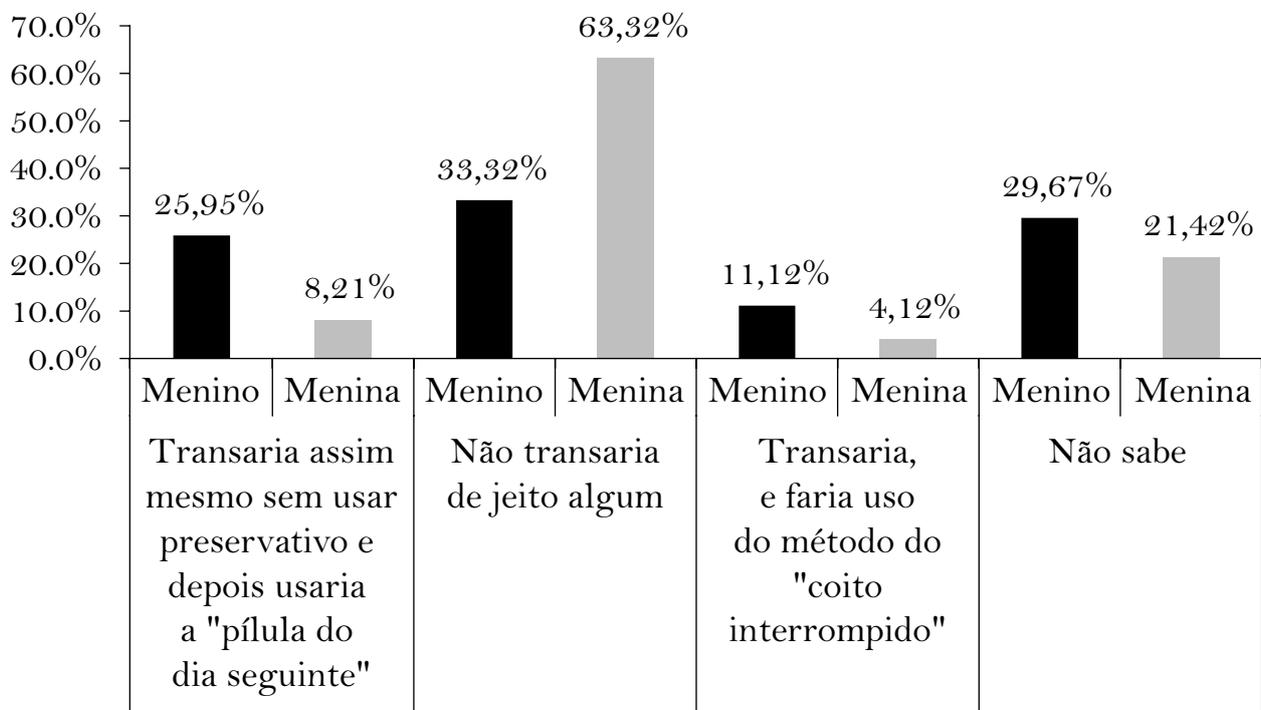
Diante desse contexto, é nítida a necessidade de problematizar as diferenças e as relações entre os gêneros, conscientizando de que os papéis associados ao masculino e feminino não são resultados da natureza da diferença entre os sexos, mas são construções sociais que historicamente vem sendo hierarquizadas (FURLANI, 2016).

O comportamento de risco do adolescente é fato notório, todavia é necessário conhecer melhor os motivos que os levam a praticar tais condutas, que tem por

consequência o aumento das taxas de incidências das IST, sexo sem proteção e gravidez (BONFIM, 2012).

Assim, questionou-se como agiriam se na falta do preservativo “rolasse” a vontade de transar com seu parceiro/a (Gráfico 2). A maioria dos entrevistados, 63,3% das meninas e 33,3% dos meninos, afirmaram que não teriam relação, no entanto, 37,0% e 12,3%, respectivamente, de meninos e meninas, sinalizaram que fariam sexo mesmo na ausência do preservativo.

Gráfico 2 - Situação hipotética criada para entendermos o que os discentes do IF Sudeste MG – *campus* Rio Pomba fariam se estivessem sem camisinha na hora da relação, por gênero.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Diante desta exposição, considerada de risco, foram identificadas três situações a que os participantes estão expostos: vulnerabilidade às IST, ao HIV e à gravidez.

Os dados apresentados prestam-se a uma reflexão sobre a situação da saúde sexual e reprodutiva da população adolescente. Apesar de os discentes entrevistados sinalizarem que usariam outro método contraceptivo como a pílula do dia seguinte ou o coito interrompido, esses métodos os deixam vulneráveis à contaminação e uma possível gravidez não desejada (BRASIL, 2002).

O levantamento mais recente do Ministério da Saúde mostra que a epidemia de AIDS tem se concentrado, principalmente, entre populações vulneráveis e pacientes mais jovens. Destaca-se o aumento da incidência entre jovens de 15 e 24 anos, sendo que, entre 2006 e 2015, a taxa entre jovens de 15 e 19 anos mais que triplicou, passando de 2,4 para 6,9 casos a cada 100 mil habitantes; entre as pessoas de 20 e 24 anos a taxa dobrou, passando de 15,9 para 33,1 casos a cada 100 mil habitantes (BRASIL, 2017).

Quanto ao uso da prática da anticoncepção de emergência ou pílula do dia seguinte, a sua indicação deve ser o quanto antes após a relação sexual desprotegida, visto que a sua eficácia diminui progressivamente à medida que o tempo passa. Após 72 horas da relação sexual, o seu efeito já deixa de ser satisfatório (FEBRASGO, 2017). No entanto, é preciso estar ciente de que este método contraceptivo não oferece nenhuma proteção contra as IST e o HIV (BRASIL, 2005).

Com relação ao coito interrompido, 11,1% dos meninos e 4,1% das meninas afirmaram fazer uso deste método. Não obstante, o líquido seminal produzido pelo corpo pode conter espermatozoides e se depositados no interior da vagina pode ocasionar uma gravidez inesperada (BRASIL, 2002).

Infere-se, também neste trabalho, que a sexualidade no IF Sudeste de MG - *campus* Rio Pomba vem sendo trabalhada em diferentes contextos. A disciplina de biologia foi a mais citada entre os discentes, com um percentual de 93,51% da amostra, seguido por palestras, 85,13% (Tabela 3).

Tabela 3 - Disciplinas apontadas pelos discentes, por gênero, abordando o tema da educação sexual no IF Sudeste de MG - *campus* Rio Pomba, 2019.

Disciplinas/Palestras	Masculino		Feminino		Total	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Biologia	48	33,11%	97	66,81%	145	93,51%
Palestras	44	33,34%	88	66,63%	132	85,13%
Literatura	39	34,82%	73	65,12%	112	72,32%
Educação Física	36	36,31%	63	63,63%	99	63,81%
Inglês	34	35,72%	61	64,22%	95	61,23%
Sociologia	22	30,91%	49	69,21%	71	45,83%
Filosofia	18	32,74%	37	67,23%	55	35,42%

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Fato interessante é que, analisando o plano de ensino, não consta em nenhuma das ementas das disciplinas citadas, conteúdos relativos à sexualidade. O que foi encontrado, em especial na disciplina de biologia, são conteúdos que tratam a sexualidade de uma forma muito reducionista e atrelada ao sexo orgânico, desprezando-se os seus aspectos sociopolítico-culturais. Castro et al. (2019) sinalizam que as relações de gênero e sexualidades são temas que habitam os currículos escolares, porém, frequentemente, os espaços para essas categorias não são sistematizados.

Soldatelli (2006) já atentava para este fato, ao conduzir uma pesquisa efetuada em uma escola pública estadual com discentes entre 14 e 17 anos matriculados no ensino médio do município de Passo Fundo, no estado do Rio Grande do Sul, constatou que a sexualidade abordada pelos conteúdos de biologia apresentava um viés biologizado e fragmentado em abordagens pontuais. No entanto, a autora afirma que esta abordagem desagradava os discentes, que esperavam uma discussão para além deste viés reducionista vinculado à reprodução humana, centrado na figura do homem e da mulher.

Veiga (1997, p. 240) colabora com a discussão, ao comentar que as representações dos educadores ainda são muito bitoladas, pois “alguns professores, na sua ação pedagógica em sala de aula, apresentam [...] uma visão reducionista, sexológica, biologista e que necessitam ser redimensionadas”.

Todavia, o fato de não encontrarmos a sexualidade inserida no currículo não anula o trabalho do docente. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) sinalizam que esta discussão deve ocorrer de duas formas: dentro da programação, ou seja, de forma sistematizada e planejada, a fim de impregnar de forma transversal todos os diferentes campos de conhecimento, ou como extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema.

Não obstante, é controverso que, em uma instituição de formação integrada, a sexualidade como condição intrínseca do ser humano não esteja inserida no currículo, pois entre os eixos norteadores que fundamentam o currículo integrado, está a realidade concreta na qual os sujeitos inserem-se (CIAVATTA, 2005).

Destaca-se que o Projeto Político Pedagógico (PPP) (INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS, s.d.) do IF Sudeste MG - *campus* Rio Pomba traz no seu bojo o objetivo de qualificar o cidadão tanto em bases científicas quanto humanísticas, visando

contribuir para o desenvolvimento do cidadão na sua integralidade. No entanto, analisando este documento, não são mencionados os termos educação sexual, gênero e sexualidade.

As DCN (BRASIL, 2013) reforçam que as escolas, na elaboração do seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), devem incorporar temas que se relacionem com fatos relevantes da realidade. Nesse aspecto, segundo o documento, as questões de gênero, etnia, classe, dentre outras, devem subsidiar as partes integrantes do PPP e do Regimento Escolar.

Daniliauskas et al. (2019), sinalizam que conhecer o PPP da escola é uma forma importante de participação e pode-se reivindicar que a Educação Integral em Sexualidade e os Direitos Sexuais e Reprodutivos sejam efetivamente incorporados no PPP da escola.

Constata-se que a não inclusão da temática da educação sexual intencional no processo de construção do PPP de uma instituição escolar contribui para ser fortalecida a relação de poder que desumaniza a sexualidade e mantém o ser humano submisso à norma dominante (CARVALHO, 2012).

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017a), na sua versão final, traz as discussões que permeiam as inquietações sobre a sexualidade de uma forma bastante “camuflada”. De acordo com Araújo (2022), a “Unidade temática – Vida e evolução”, à qual o termo sexualidade está vinculado, traz um forte reducionismo do termo aos aspectos biológicos. Para esse autor, o fio condutor que dialoga com o termo sexualidade na BNCC é a reprodução. Intensificou-se, de forma errônea, que sexo e sexualidade são sinônimos, o que vem gerando críticas e questionamentos no campo educacional.

Soares, Santos e Pereira (2022) comentam que a BNCC (BRASIL, 2017a) se contradiz em alguns pontos, pois, ao mesmo tempo que o documento legitima a abordagem da sexualidade nos currículos, ela suprimiu as questões de gênero. Assim, as autoras interrogam como dialogar com as múltiplas dimensões da sexualidade, das IST, dos cuidados com o corpo, com o uso dos contraceptivos sem destacar as desigualdades, os obstáculos e as hierarquias de gênero?

Figueiró (2010) atenta que professores, alunos e até as orientadoras pedagógicas podem estar inseridos em um ambiente cultural permeado por preconceitos em

relação à inserção da temática da sexualidade no currículo escolar. Para modificar esse cenário, Silva (2001) reforça que é necessário um processo de capacitação interdisciplinar dos profissionais, sobretudo do orientador educacional, aquele que faz a mediação e o acompanhamento do aluno no espaço escolar.

Santomé (1998) adverte que é preciso ficar muito atento quando se discute a elaboração curricular, pois as culturas e vozes dos grupos sociais minoritários e marginalizados, que não dispõem de estruturas importantes de poder, costumam ser silenciadas, ou mesmo estereotipadas e deformadas para anular as suas possibilidades de reação.

Esse posicionamento do autor anteriormente supracitado se torna ainda mais relevante quando analisamos os dados que envolvem a população LGBTI+. Segundo o relatório confeccionado pelo Grupo Gay da Bahia (2020), o Brasil se coloca na posição de um dos países que mais matam LGBTI+ no mundo. Em 2020, segundo o Relatório, 237 LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) tiveram morte violenta no Brasil, vítimas da homotransfobia – 224 homicídios (94,5%) e 13 suicídios (5,5%). Neste sentido, é importante que nos documentos oficiais das instituições, seja contemplada de forma sistematizada no currículo as ações que envolvem o diálogo com a educação sexual e sexualidade.

Conclusão

Por este estudo, pôde-se constatar que os discentes do EMI do IF Sudeste MG - *campus* Rio Pomba dos três cursos analisados têm iniciado as suas relações sexuais cada vez mais cedo, o que leva à necessidade desta instituição de ensino, cujo pilar é formar cidadãos com opiniões críticas e engajados sobre os problemas da sociedade, atentar para esse fato.

Esse posicionamento é reforçado por Ramos (2010), que aponta que as instituições ofertantes de educação profissional e tecnológica devem integrar no seu projeto pedagógico a concepção de organização pedagógica inclusiva, que promova respostas às necessidades educacionais de todos/as os/as estudantes.

Nesse sentido, compreende-se que o fato de informar, esclarecer e alertar os discentes para a prevenção contra as IST e a gravidez indesejada e o respeito às diversidades no âmbito da sexualidade é de suma importância, e a escola tem um papel central como fomentador do conhecimento sexual.

Os meninos, além iniciarem as relações sexuais de forma mais precoce, estão mais vulneráveis a se contaminar com alguma IST, uma vez que, assumem o risco de terem relação mesmo sem o uso do preservativo.

Fato este, que sinaliza para a necessidade de um trabalho de conscientização dos meninos em relação ao uso da camisinha, o que representa, talvez, uma questão sociocultural.

Nesse sentido, sugere-se que o IF Sudeste MG - *campus* Rio Pomba trate a sexualidade e a educação sexual para além dos aspectos biológicos e da programação de informalidade, enfim, contemple no currículo uma sexualidade impregnada pelos aspectos sociais, individuais, sociais, psíquicos e culturais.

Referências

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. *Juventudes e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

AYRES, J. R. C. M. et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Orgs.). *Promoções da Saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2003. p. 117-140.

BONFIM, C. *Desnudando a educação sexual*. Campinas: Papirus, 2012.

BRASIL. Lei N° 13.798, de 3 de janeiro de 2019. Acrescenta art. 8°-A à lei N° 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir a semana nacional de prevenção da gravidez na adolescência. *Diário Oficial da União*, 4 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Parâmetros curriculares nacionais: orientação Sexual*. Brasília, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf>>. Acesso em: 6 fev. 2022.

_____. *Base nacional comum curricular: educação é a Base*. Brasília, 2017a. Disponível em: <http://cnebncc.mec.gov.br/docs/BNCC_Educacao_Infantil_e_Ensino_Fundamental.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

_____. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação básica*. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf>>. Acesso em: 15 out. 2022.

_____. *Convocação: 20,6 milhões de adolescentes devem se vacinar contra o HPV.*

Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2018/setembro/saude-convoca-20-6-milhoes-de-adolescentes-para-vacinar-contr-o-hpv>>. Acesso em: 10 out. 2022.

_____. Resolução CEB N° 6, de 20 de setembro de 2012. Define diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. *Diário Oficial da União*, 21 set. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Assistência em planejamento familiar: manual técnico*. 4. ed. Brasília, 2002. (Série A normas e manuais técnicos, 40). Disponível em: <<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0102assistencia1.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

_____. *Boletim epidemiológico*. Brasília, 2017. (n. 1, v.48). Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/janeiro/05/2016_034-Aids_publicacao.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

_____. *Pesquisa de conhecimento, atitudes e práticas na população brasileira*. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2016/pesquisa-de-conhecimentos-atitudes-e-praticas-na-populacao-brasileira-pcap-2013>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

_____. *Saúde Brasil 2005: uma análise da situação de saúde no Brasil*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2005parte1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2022.

BRUM, M. M.; CARRARA, K. História individual e práticas culturais: efeitos no uso de preservativos por adolescentes. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 29, Supl. 1, p. 689-97, dez. 2012. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2012000500005>

CASTRO, R. P. et al. Entre silêncios e silenciamentos: relações de gênero, sexualidades e ensino de História. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 37, n. 4, p. 944-67, out./dez. 2019. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2019.e61875>

CIAVATTA, M. F. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). *Ensino médio integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 83-105.

DANILIAUSKAS, M. et al. *Juventudes: e os direitos sexuais e reprodutivos*. Campinas: Replotina, 2019.

FERREIRA, V. T. et al. Vulnerabilidade dos adolescentes do IF Sudeste MG Campus Juiz de Fora às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). *Multiverso*, Juiz de Fora, v. 2, n. 1, p. 42-48, 2017.

FIGUEIRÓ, M. N. D. *Educação Sexual*: retomando uma proposta um desafio. 3. ed. rev. Londrina: Eduel, 2010.

FRIGOTTO, G.; RAMOS, M.; CIAVATTA, M. (Orgs.) *Ensino médio integrado*: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FURLANI, J. “*Ideologia de Gênero*”? Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha. Florianópolis: Centro de Ciências Humanas e da Educação, 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/jimena.furlani>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

GONÇALVES, H. et al. Determinantes sociais da iniciação sexual precoce na coorte de nascimentos de 1982 a 2004-5, Pelotas, RS. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 42, Supl. 2, p. 34-41, dez. 2008. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102008000900006>

GRUPO GAY DA BAHIA. *Observatório de Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil 2020*. Salvador, 2020. Disponível em: <<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2020>>. Acesso em: 4 nov. 2022.

HEILBORN, M. L. Construção de si, gênero e sexualidade. In: HEILBORN, M. L. *Sexualidade*: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 40-58.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa nacional de saúde do escolar, (PeNSE)*, 2015. Rio de Janeiro, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS - IF SUDESTE MG. *Projeto Político-Pedagógico*. Rio Pomba, s.d. Disponível em: <https://sistemas.riopomba.ifsudestemg.edu.br/cget/Siscgg/Cget/Up_Downloads/Projeto_Politico_Pedagogico_ID_0000000009_1_ID_0000000051_1.pdf>. Acesso em: 4 out. 2022.

_____. *Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Sudeste MG: 2021-2025*. Rio Pomba, 2020. Disponível em: <<https://www.ifsudestemg.edu.br/institucional/pdi/pdi-2021-2025>>. Acesso em: 12 out. 2022.

LIMA, J. R. O desafio da escola em trabalhar com a diversidade. *Memento*, Três Corações, v. 3, n. 1, jan./jun.2012.

MIRANDA, A. A. M. et al. Conhecimentos acerca de DST/AIDS e métodos contraceptivos dos discentes dos cursos integrados do IF Sudeste MG—campus Juiz de Fora. *Multiverso*, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 25-36, 2016.

PORTELA, N. L. C.; ARAÚJO, L. P. Conhecimento e prática dos métodos contraceptivos por estudantes adolescentes: um estudo comparativo. *Revista Univap*, v. 19, n. 33, p. 13-24, 2013. <https://doi.org/10.18066/revunivap.v19i33.130>

RAMOS, M. N. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, J. et. al. (Org.). *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 43-57.

RIETH, F. Ficar e namorar. In: BRUSCHINI, C.; HOLLANDA, H. (Org.). *Horizontes plúrais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: 34, 1998. p. 113-33.

SANTOMÉ, J. T. *Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SETOR SAÚDE. Projeto HPV do Hospital Moinhos é destaque em publicação científica internacional. *Estatísticas e Análises*, 9 out. 2020. Disponível em: <<https://setorsaude.com.br/projeto-hpv-do-hospital-moinhos-e-destaque-em-publicacao-cientifica-internacional/>>. Acesso em: 2 nov. 2022.

SILVA, A. S. N. et al. Início da vida sexual em adolescentes escolares: um estudo transversal sobre comportamento sexual de risco em Abaetetuba, Estado do Pará, Brasil. *Revista Pan-Amazônica de Saúde*, Ananindeua, v. 6, n. 3, p. 8-8, set. 2015. <https://doi.org/10.5123/s2176-62232015000300004>

SILVA, E. A.; NUNES, C. *Filosofia, educação e educação sexual: matrizes filosóficas e determinações pedagógicas do pensamento de Freud, Reich e Foucault para a abordagem educacional da sexualidade humana*. Campinas: Unicamp, 2001.

SOLDATELLI, M. M. *Educação sexual e condições de ensino: implicações na construção da corporeidade de alunos do ensino médio*. 2006. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2006.

VEIGA, S. G. Subjetividade/Sexualidade: uma questão pedagógica. *Caderno de Aplicação*, Porto Alegre, v.10, n. 2, jul./dez. 1997.

Submissão em: 05/03/2022

Aceito em: 10/11/2022

Sobre os autores:

Paulo Sérgio David de Castro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais,
Campus Barbacena.

E-mail: paulo.castro@ifsudestemg.edu.br

Manuela Belo Lucena

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais,
Campus Barbacena.

E-mail: manuela.lucena@ifsudestemg.edu.br